

PA
EL

engenharia
arquitetura
agronomia

CRÉDITO DE CARBONO

O que é, como identificar e como obter o Pagamento por Serviços Ambientais

Revista Painel, publicação da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP), desde 1979



ANO XV N° 324
MARÇO/2022

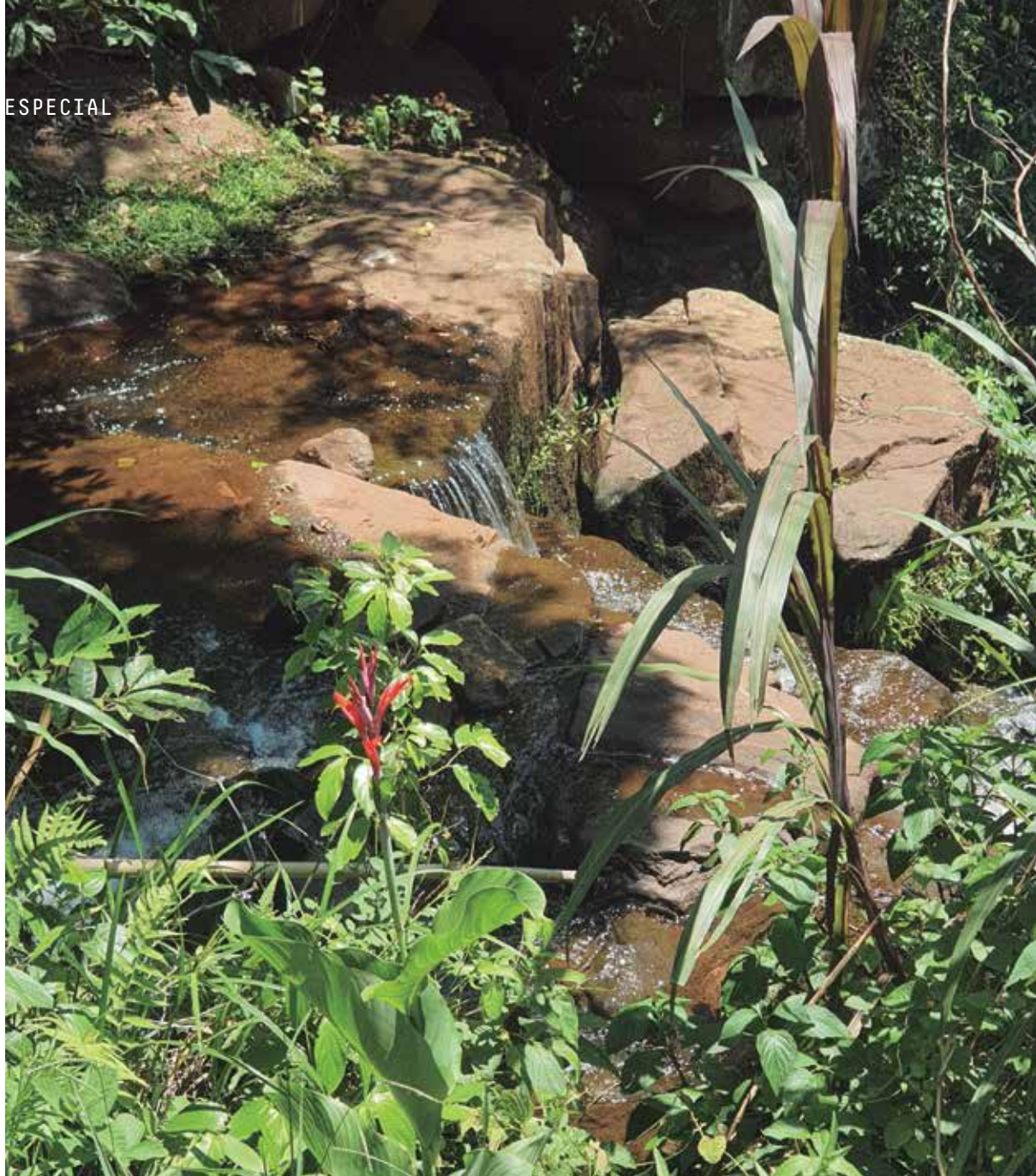
GEOLOGIA

Especialistas debatem decreto sobre cavernas

PATRIMÔNIO

CAU/SP lança campanha Patrimônio Vivo

ESPECIAL



Designed by Freepik

MERCADO DE CARBONO e o POTENCIAL REGIONAL

Estão no campo as maiores oportunidades para produtores e engenheiros agrônomos da região ganharem com o mercado de Pagamento de Serviços Ambientais

2021 foi um ano de marcos auspiciosos para o meio ambiente. No Brasil, começou com a lei 14.119, que logo em janeiro regulamentou por aqui o mercado de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA). Na Escócia, em outubro, o Brasil esteve entre os 200 países a assinarem o Pacto de Glasgow - documento final da COP26 [Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021], que, entre outras medidas, regulou os mercados de carbono e o comércio de emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, causa do aquecimento global.

Ambos os eventos oficializaram um mercado que já existia na prática (leia mais em “Cronologia do Mercado de PSA”), mas de forma tímida no Brasil: o de títulos verdes, comercializáveis entre os países signatários do Pacto, que se comprometeram a cumprir metas de redução de emissão de carbono e gases equivalentes na atmosfera.

Na prática, o “mercado de carbono” – como é comumente chamado – emite para agentes privados, responsáveis por projetos que reduzam ou evitem essas emissões, títulos certificados que podem ser vendidos no mercado internacional a países cujo conjunto das atividades econômicas ficam devendo no cumprimento de suas metas de redução.

O que este cenário tem a ver com a região de Ribeirão Preto? Tudo, segundo a consultora especialista em Direito Socioambiental Samanta Pineda, que participou ativamente das duas semanas de debates que resultaram no Pacto de Glasgow. “O mercado de carbono é a ponta de um iceberg de oportunidades ambientais que podem se abrir para o Brasil”, diz ela, emendando que a região de Ribeirão Preto, em particular, tem muito a ganhar com ele. Os agentes econômicos - no campo, produtores rurais e engenheiros agrônomos - só precisam saber como.

GRANDES OPORTUNIDADES

A ONU (Organização das Nações Unidas) lista 65 serviços ambientais passíveis de remuneração no mercado de carbono. Dentre eles, muitos já têm o seu estudo de valor no Brasil, como créditos de água, de biodiversidade, de solo, de paisagem, de educação ambiental, só para citar alguns elegíveis para o agro da região.



Designed by Freepik

Samanta lembra ainda que uma mudança de 2012 no Código Florestal estabeleceu, em seu artigo 41, quatro procedimentos que poderiam ser remuneráveis para o mercado de PSA. “Lá está, inclusive, que tanto a APP quanto a Reserva Legal [veja Glossário], que são obrigações legais do produtor rural, podem ser elegíveis para esse mercado”, pontua. Graças a isso, a Reserva Legal, que sempre foi um passivo (gerador de despesa) – afinal, demanda gente para cuidar, prevenir incêndios, impedir a entrada de caçadores e ladrões de madeira ou qualquer outro recurso -, pode se tornar um ativo (gerador de receita).

“As Áreas de Preservação Permanente não são passíveis de manejo, porque são beiras de rios, entornos de nascentes etc., mas as Reservas Legais, geralmente grandes extensões de áreas, são absolutamente passíveis de manejo. Se eu o fizer, além dos créditos de carbono das árvores em crescimento, vou ter a madeira para vender”, explica Samanta, e acrescenta: “ninguém faz [na região] porque é um volume pequeno de madeira, mas se a gente juntar todas as reservas legais da região de Ribeirão Preto, vai ter uma indústria madeireira forte e um grande sequestrador de gases de efeito estufa”, diz a consultora, para quem não vale a desculpa de não entender de madeira, pois o produtor pode arrendar o manejo. “Pega alguém para fazer. Os nossos engenheiros estão aí: os florestais, os agrônomos”, dispara.

E por falar nesses profissionais, a consultora acredita que, com a oficialização do mercado de carbono, engenheiros agrônomos nunca tiveram uma oportunidade tão grande e tão rica de um trabalho que pode dar um retorno efetivo, por bastante tempo.



“

“Porque tem muito aventureiro, só que os engenheiros agrônomos é que têm a capacidade de olhar e de entender os processos.

São quem conhece o solo e a dinâmica brasileira.

Então eles estão com uma oportunidade gigante na mão, de se unir às nossas grandes escolas. A gente pode desenvolver as metodologias brasileiras, tanto de inventário de emissões, quanto de desenvolvimento desses projetos” , diz.

”

PROJETOS

Agora, por falar em projetos, é por eles que se inicia o processo de consecução de créditos de PSA, que inclui os de carbono. Samanta também dá a dica de por onde começar: “porteira adentro, olhando para dentro do seu processo. Um plantador de cana, de soja, de milho, de floresta vai olhar e fazer uma conta [de quanto sua atividade emite de carbono ou equivalente na atmosfera, contra quanto sequestra ou evita emitir] desde o comecinho, desde como ele trata o solo até quando esse produto sai da porteira dele”, ensina. Segundo ela, em entidades como FGV (Faculdades Getúlio Vargas), Esalq (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”) e Embrapa Clima há várias “régua” oficiais já disponíveis para os técnicos fazerem essas medições.

Feito o cálculo, o segundo passo é se perguntar “o que posso melhorar” no sentido de reduzir ou evitar emissões nesses processos. A esta devem se seguir outras pergun-

tas decorrentes, como: “posso fazer plantio direto? Posso usar bioinsumo, colocar biocombustível no meu maquinário? Tenho como fazer manejo da reserva legal?”.

E a partir do momento que o produtor – ou seu engenheiro contratado – constatar que a conta pode gerar créditos, o projeto pode ir para o papel, para ser apresentado a uma registradora oficial, que checará se ele é Mensurável, Reportável e Verificável (MRV).

Existem várias registradoras oficiais do mercado de carbono, dentro e fora do Brasil (leia também “A fake news do mercado de carbono”). Suas metodologias variam pouco, mas seguem um fluxograma mais ou menos comum. No caso de um projeto de plantio de dez hectares de floresta, por exemplo, ele deve discriminar detalhadamente o plano desse plantio: que espécies serão usadas, quantas mudas, em que período será feito, etc.

No momento em que este projeto é apresentado, a registradora faz a primeira auditoria, para checar se as informações prestadas são verdadeiras, se as técnicas propostas fazem sentido, etc.

Aprovado o projeto, é hora de executá-lo – no caso de nosso exemplo, fazer o plantio das mudas. Nesta fase é feita uma segunda auditoria, para verificar a sua veracidade: se as mudas discriminadas foram plantadas, se estão vingando, se o plantio seguiu o plano, enfim, se tudo foi feito como planejado.

Se aprovado na segunda auditoria, a registradora emite o registro do projeto para emissão dos créditos. Eles podem ser vendidos tanto no Brasil, para produtores que precisam compensar alguma degradação feita em suas propriedades, quanto em outros países, para atividades que emitem muitos gases do efeito estufa.

OS PREÇOS

Cada tonelada de carbono ou gás equivalente evitada na atmosfera gera um crédito. O cálculo de quantos créditos um projeto pode gerar leva em conta o ciclo de sua atividade. Funciona mais ou menos como uma conta de

banco. Por exemplo: se sua atividade tem potencial de gerar 50 toneladas de carbono, mas, ao longo de todos os seus processos, são adotadas medidas que sequestram ou evitam emissões de um total de 20 toneladas de carbono, você recebe 20 títulos de créditos.

E existem créditos de sequestro (CBIO) e de emissão evitada (REDD) – veja Glossário. “Se eu troquei um filtro da minha indústria que emitia 1X de carbono - dentro da legalidade de um licenciamento ambiental - por um novo que emite menos 2X, por este diferencial eu posso ter créditos de não emissão [REDD]”, exemplifica Samanta Pineda.

Quem define quanto vale cada crédito é o mercado. Entre as variantes que fazem um crédito ser mais valioso que outro está seu potencial de sequestro de carbono. “Por exemplo, eu estou comprando créditos de carbono de uma floresta. Se esta floresta já está no seu ápice, ela pouco ou nada sequestra. Então esse crédito não vale muito. Mas se eu estou plantando uma floresta de uma espécie em extinção, como araucárias, esse crédito vale muito mais”, pontua a consultora.

De acordo com ela, inovações tecnológicas, que são pouco utilizadas ou dependem de um investimento grande, também tornam o crédito mais valioso.

Florestas preservadas sem nenhum tipo de manejo – portanto não sequestram mais carbono (já têm estocado o máximo que seu caule e o solo podem armazenar) – geram só créditos de emissão evitada. “Aí, quando você desmata, teoricamente emite, mas nem todo desmatamento





emite gases de efeito estufa. Se você fizer um uso adequado do solo e dessa biomassa, pode ser um desmatamento ‘carbono neutro’”, explica Samanta.

CANA: O GRANDE POTENCIAL

A região de Ribeirão Preto tem como vocação econômica majoritária a prestação de serviços, seguida pela industrial. Nas indústrias, os engenheiros mecânicos, de materiais, de produção e técnicos afins podem incrementar processos que reduzam emissões, lançando mão de tecnologias ou algum tipo de otimização. Mas as atividades que mais podem ganhar com o mercado de carbono, na região, estão no campo e o maior

potencial, segundo Samanta Pineda, está na cultura de cana-de-açúcar. “Pela forma como processamos a cana, tanto para geração de etanol quanto para a geração de açúcar, porque é realmente uma economia circular. A gente não deixa sobrar nada”, diz.

Vejamos: enquanto as florestas têm um potencial limitado de sequestro do carbono, as lavouras de cana o fazem todos os anos. E graças a tecnologias do Agro, a degradação de sua biomassa na usina não deixa mais resíduos descartáveis na natureza. “A gente faz a cogeração de energia do bagaço e, da torta de filtro, que também era um subproduto da fabricação do etanol e do açúcar, temos feito fertilizantes”, comenta a consultora.

Também já se aproveita outro subproduto da cana que causava impacto ambiental: a vinhaça [resíduo pastoso e malcheiroso que sobra da destilação fracionada do caldo de cana fermentado para produção do etanol]. Hoje ele compõe um bioinsumo usado para enriquecimento de solo.

Outra vantagem da região é que quase não se queima mais as lavouras de cana para colheita manual, pois ela é feita majoritariamente de forma mecanizada. Além do que, um dos produtos gerados a partir da cultura é um biocombustível [etanol], muito menos impactante do que a queima do petróleo - combustível fóssil recordista em emissões.

A FAKE NEWS DO MERCADO DE CARBONO

Mal foi oficializado e o mercado de carbono já tem suas próprias fake news (notícia falsa em inglês), na forma de falsos projetos e falsas vendas de créditos ambientais. “Os caras fotografam uma mata qualquer [pra fazer um projeto fake] e vendem um crédito de carbono de um local onde você nem sabe onde é”, comenta a consultora especialista em Direito Socioambiental Samanta Pineda.

Essas práticas, que segundo ela têm ocorrido muito no Brasil ultimamente, também foram consideradas greenwashing (veja Glossário), nome que já era dado à promoção de discursos, anúncios, propagandas e campanhas publicitárias com características ecologicamente/ambientalmente responsáveis, sustentáveis, verde, eco-friendly etc., que não correspondiam à verdade. A intenção é a mesma: criar uma falsa aparência de sustentabilidade, induzindo o consumidor a erro, uma vez que, ao comprar o produto ou serviço - e agora créditos -, ele acredita que está contribuindo para a causa ambiental e/ou animal.

A forma mais eficiente de evitar cair neste logro, de acordo com Samanta, é checar sempre se quem oferece os créditos é uma registradora oficial, relacionada no Painel Intergovernamental da ONU (IPCC). Uma entrada rápida no site da organização já esclarece essa dúvida. “A mais conhecida do Brasil é a Verra. Ela tem a sua metodologia, os documentos para apresentar projetos e, se te der o registro, você tem um crédito que valoriza conforme o mercado, mesmo se ficar parado. Porque é uma registradora com credibilidade nos mercados nacional e internacional e tem muitos critérios rigorosos com relação às auditorias”, diz a consultora.

Inclusive, os maiores consumidores de créditos de carbono do mundo - Europa, Estados Unidos, Índia, China, que mais emitem - exigem algumas dessas registradoras oficiais para fazer negócio.

Coloque a
AEAARP no seu
Whatsapp e saiba
tudo o que a
Associação faz
16 99758.0101

Mantenha seu
cadastro atualizado:
16 2102.1700

